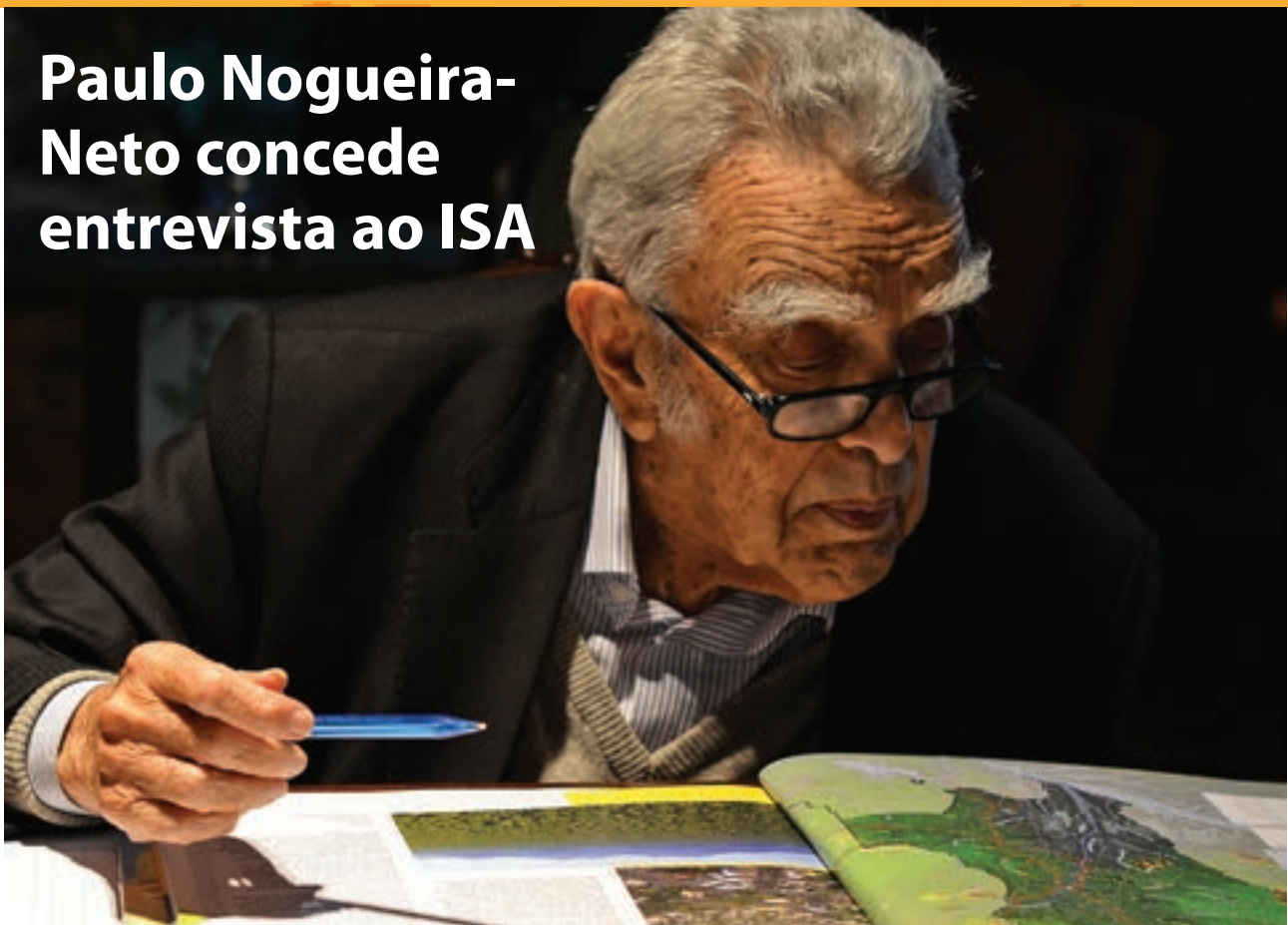




Paulo Nogueira-Neto concede entrevista ao ISA



© SILVA FURTADO/ISA

Durante a Semana do Meio Ambiente, o ambientalista Paulo Nogueira-Neto falou sobre política ambiental no Brasil com destaque para o desafio da criação e implementação de Unidades de Conservação • **P.20**



© MARIANA MOTA

Índios do Parque do Xingu monitoram experiências de reflorestamento • **P.2**



© OSWALDO BRAGA DE SOUZA/ISA

Manifestantes pedem proteção para o Parque Nacional do Iguaçu • **P.17**



Yabawa Yudja, da aldeia Tuba Tuba, empresta o cocar ao dono da fazenda N. Sra. Aparecida, Leonir Rebellato

Índios do Parque do Xingu percorrem fazendas e monitoram áreas reflorestadas

O ISA e a Associação Terra Indígena Xingu (Atix) promoveram em maio um encontro para apresentar aos índios do Parque Indígena do Xingu (PIX) parte dos resultados da Campanha Ylkatu Xingu, que nasceu em 2004 e vem promovendo a recuperação de quase 3 mil hectares de nascentes e matas de beira de rio. Durante três dias, 33 lideranças indígenas das etnias Aweti, Ikpeng, Kaiabi, Kalapalo, Kisêdjê, Kamaiurá, Kuikuro, Matipu, Mehinaku, Nafukuá, Trumai, Waurá e Yudjá acompanharam de perto o caminho percorrido pelas sementes depois que saem de suas aldeias e conferiram a recuperação das áreas.

A expedição começou na Casa de Semente de Canarana (MT) onde são armazenadas e beneficiadas as sementes coletadas por indígenas e brancos que participam da Rede de Sementes do Xingu. Em seguida, visitou propriedades rurais no município.

Depois, em Bom Jesus do Araguaia, a expedição esteve em uma das fazendas do grupo Agropecuária Fazenda Brasil (AFB). A empresa criou

um departamento destinado à adequação ambiental e investiu R\$ 500 mil na restauração florestal de 185 hectares. Na sequência, a comitiva seguiu para Querência. Ao final, alguns dos participantes deram seu testemunho:

“Hoje as lideranças de quase todo o Xingu puderam ver o que os filhos e netos dos brancos que ocuparam esta terra estão fazendo de diferente dos seus velhos e vão poder chegar na aldeia e contar pro seu povo o que está acontecendo no entorno do lugar onde a gente vive”, resumiu Winti Suyá Kisêdjê, presidente da Atix.

“Sem a aproximação dos brancos, eles sempre vão pensar que índio é empecilho no desenvolvimento deles na região, e eu digo isso diante do nosso grande chefe e cacique Kuiussi [dos índios Kisêdjê], que aguentou esta longa viagem, representando nossa raiz de luta e referência para nós jovens!”, afirmou Mutuá Kuikuro. “Agora a gente pode dizer que o trabalho do Ylkatu Xingu tem que continuar. A gente precisa ampliar este trabalho, trazer para mais pontos de reflorestamento e mais encontros com os fazendeiros”.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/10NNeX3>

ISA promove debate sobre incentivos à conservação na agricultura familiar

Cerca de 60 pessoas participaram da oficina “Propostas de incentivos à regularização e conservação ambiental na agricultura familiar”, promovida em maio, em Brasília, pelo ISA e o ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza). Estiveram presentes produtores rurais, representantes de organizações da sociedade civil e movimentos sociais de 15 estados, além de técnicos e gestores de prefeituras e órgãos federais, como os ministérios de Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social, Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente).

No evento, foram discutidas propostas para incluir prêmios por desempenho ambiental nas políticas voltadas à agricultura familiar. Uma delas, elaborada pelo ISA a partir de conversas com gestores públicos, prevê que os agricultores que estiverem no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e comprovem estar conservando suas APPs (Áreas de Preservação Permanente) e RLs (Reservas Legais) possam vender seus produtos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) por um preço até 20% superior ao recebido pelos demais agricultores. Para sair do papel, o plano precisa ser aprovado pelo grupo gestor do PAA.

As ideias levantadas no evento servirão de subsídio para propostas que serão apresentadas ao governo. A oficina foi apoiada pelo Tropical Forest Conservation Act (TFCA), acordo entre Brasil e EUA, e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), no âmbito do consórcio Preparando o Brasil para o REDD, liderado pela The Nature Conservancy (TNC) e integrado pelo ISA, Instituto Centro de Vida (ICV), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Environmental Defense Fund (EDF).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/10KkE56>



Propostas levantadas no evento serão apresentadas ao governo



Participantes fizeram apresentações de dança e música

© REZA MATOS

Rede de Sementes do Xingu funda associação

A Rede de Sementes do Xingu realizou em junho, em Porto Alegre do Norte (MT), seu X Encontro Geral. Noventa pessoas, entre coletores indígenas, agricultores familiares e urbanos, e convidados, debateram os rumos da Rede, fizeram um balanço de 2012, da lista de encomendas de 2013, das alternativas de institucionalização e da adequação à Instrução Normativa sobre Sementes Florestais (IN 56). Também compartilharam experiências sobre manejo de sementes, aprendizados de técnicas de coleta, e decidiram novos rumos para a iniciativa, criada em 2007.

Depois de mais de dois anos de estudos sobre os arranjos institucionais mais adequados, entre eles a opção pelo consórcio de microempreendedores individuais para a comercialização de sementes, os participantes optaram por fundar a Associação da Rede de Sementes do Xingu para dar continuidade aos trabalhos. E decidiram continuar a lutar na Justiça para implantar o consórcio de microempreendedores.

Os coletores discutiram o aproveitamento do Fundo Rotativo para a estruturação dos grupos e também propuseram mudanças nos prazos de pagamento, limites de crédito e critérios de concessão. Lançado em 2010 para fortalecer o trabalho dos coletores e gerido inicialmente pelo ISA, o Fundo está, desde 2012, sob responsabilidade da Organização Eco-social do Araguaia (Oeca), especializada em concessão de microcrédito.

Durante o encontro, foi realizada uma oficina de identificação, seleção e mapeamento de matrizes para aperfeiçoar o planejamento dos coletores e as técnicas de coleta.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1aJh6tO>

© OSWALDO BRAGA DE SOUZA/ISA

Reconhecimento é necessário para implementar educação diferenciada no Médio Rio Negro

A Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn) promoveu em 31/7 e 1º/8, o III Seminário de Educação Escolar Indígena em Santa Isabel do Rio Negro em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), a Funai e o ISA. O objetivo foi debater os entraves na implementação da educação escolar indígena específica e diferenciada no Médio Rio Negro, visando seu reconhecimento por parte dos órgãos governamentais e o fortalecimento das comunidades do município.

Participaram 130 pessoas entre lideranças indígenas e representantes da Secretaria de Educação Municipal, da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas (Seind), do Serviço e Cooperação com o Povo Yanomami (Secoya), da Pro-Amazonas e da Associação Rios Profundos. Na

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/14wD1IV>

discussão geral e nos grupos de trabalho regionais foram realizados levantamentos e elaboradas propostas de ações integradas e interinstitucionais.

A necessidade de reconhecimento das escolas indígenas tanto nas comunidades da Terra Indígena Yanomami (situadas no município de Santa Isabel do Rio Negro), quanto nas comunidades indígenas da região que não estão dentro de áreas demarcadas foi apontada como o principal obstáculo. As escolas Yanomami já desenvolvem um ensino específico e diferenciado com assessoria da Secoya.

As lideranças presentes lembraram que a discussão sobre educação escolar indígena na região se iniciou em 1992, mas até agora não houve avanço. As comunidades solicitaram apoio da Foirn e do ISA para a realização de oficinas para elaborar Projetos Políticos Pedagógicos e reforçaram a importância das parcerias.

Yanomami fazem intercâmbio sobre coleta de castanha com os Waiwai

Em maio, oito Yanomami participaram de um intercâmbio sobre coleta de castanha-do-Brasil na comunidade Anauá, na Terra Indígena (TI) Wai-Wai, no leste de Roraima. Essa e outras comunidades Waiwai participam de um bem sucedido projeto de coleta de castanha. Os Yanomami ouviram a experiência dos Waiwai e conheceram as estruturas que utilizam para secagem e armazenamento do produto.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1163273>

O intercâmbio incluiu visita aos castanhais e coleta coletiva e a apresentação de algumas das boas práticas que garantem qualidade ao produto.

O ISA e a Hutukara Associação Yanomami apoiam a coleta de castanha pelos Yanomami, desde 2010, com o objetivo de buscar a sustentabilidade econômica e cultural do projeto, desenvolvido nas comunidades Xikawa e Cachoeirinha, da região do Ajarani, na TI Yanomami (AM/RR).

Este ano, buscando ampliar as parcerias para apoiar a coleta, o ISA e a Hutukara firmaram parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para aprimorar a qualidade da castanha coletada e conseguir colocar o produto no mercado a preços justos. O intercâmbio é fruto dessas parcerias, incluindo duas organizações indígenas Waiwai. Em 2012, foram realizadas oficinas de boas práticas na coleta e um contrato foi firmado entre as duas organizações e a empresa Palmaplan.

Uma das principais preocupações dos Waiwai é diversificar os compradores e encontrar novas empresas que possam adquirir toda a produção, eliminando totalmente os atravessadores.



© TIACO MOURA DOS SANTOS/ISA

Yanomami a caminho do castanhal da comunidade Anauá

Quilombolas definem o Zoneamento Ecológico Econômico de seus territórios

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/192pzUy>

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) promoveu em junho uma oficina participativa no Parque Caverna do Diabo, em Eldorado, Vale do Ribeira, com comunidades quilombolas, para que o processo de construção do Zoneamento Ecológico Econômico no Estado de São Paulo, em elaboração, contemple as especificidades desses territórios. Atendeu assim a uma demanda dos quilombolas, levantada durante reunião realizada em fevereiro sobre o tema.

A oficina contou com a participação de comunidades de Registro, Eldorado, Iporanga, Itaóca e Barra do Turvo, além das prefeituras de Itaóca, Iporanga, Registro e Eldorado e organizações parceiras, o ISA entre elas. Técnicos da SMA explicaram detalhadamente o que é o zoneamento e como a legislação classifica as zonas de acordo com os usos existentes e pretendidos para o futuro.

O documento deve ser finalizado até novembro para que então sejam realizadas as audiências públicas para consulta e acordo dos setores interessados e a população em geral. As lideranças quilombolas expressaram sua

preocupação no sentido

de que o decreto do zoneamento possa prejudicar seu modo de vida. Temem grandes empreendimentos como mineração, barragens e áreas de Unidades de Conservação sobrepostas aos seus territórios, além da ocupação por terceiros de suas terras ainda não tituladas.

Divididos em grupos por comunidades, os participantes apontaram as atividades fundamentais, de interesse, e as que eles não querem em seus territórios. Todos consideraram fundamentais as atividades de roças tradicionais e a titulação das terras. Também expressaram interesse no manejo do palmito juçara e em assistência técnica. E deixaram claro que não querem atividades de mineração comercial, com exceção de áreas para cascalheiras municipais, bem como silvicultura comercial em seus territórios.

Ao final, as lideranças pediram que sejam realizadas oficinas para discussão em cada quilombo ou em um grupo de quilombos próximos. A SMA comprometeu-se a organizá-las, com apoio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Impactos da mineração no Vale do Ribeira são debatidos em seminário

Em junho, cerca de 100 pessoas, entre quilombolas, representantes de organizações da sociedade civil, técnicos e gestores públicos, se reuniram em Iporanga, para discutir e avaliar a crescente mineração no Vale do Ribeira (SP e PR) e seu avanço sobre os territórios quilombolas.

O advogado e coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA, Raul Telles do Valle, fez uma apresentação, explicando que o Brasil é o maior produtor de minério da América Latina, sendo responsável por 20% das exportações. No entanto, por se tratar de produto primário, com baixo valor agregado, tem um impacto de apenas 4,2% no PIB Nacional. O Plano Nacional de Mineração, do Ministério de Minas e Energia, com metas até 2030, tem entre seus objetivos o aprofundamento do conhecimento geológico e a consolidação do marco regulatório da mineração,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/12eeFVC>

ampliando de três a cinco vezes a exploração de minério. Esse marco regulatório foi objeto de um projeto de lei que o governo enviou ao Congresso no final de junho.

A quantidade de solicitações junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para mineração em territórios quilombolas é grande, e a região do Alto Vale, no Paraná, é a que sofre mais pressão. Os quilombos de Cangume, Porto Velho e Praia Grande, localizados em Iporanga, tem de 92% a 99% de seus territórios incluídos em pedidos de extração. Do lado paulista, 16 territórios quilombolas têm sobreposição com áreas onde existem processos no DNPM e empresas pesquisando.

Ao final, os presentes definiram que as organizações no Vale do Ribeira devem se integrar ao Comitê Nacional de organizações que está analisando a proposta. Decidiram também encaminhar uma carta ao Congresso Nacional com os pontos que consideram importantes.



Assembleia da Acimrn debate com parceiros ações de salvaguarda

Plano de salvaguarda do Sistema Tradicional Agrícola do Rio Negro avança

Durante a VII Assembleia da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn), realizada em abril, em Santa Isabel do Rio Negro (AM), foram debatidas ações para agregar novos atores ao processo de salvaguarda do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-Rio Negro) e sensibilizar os órgãos públicos para flexibilizar as políticas agrícolas diante das especificidades ecológicas e culturais da região.

O ISA e parceiros, que atuaram no processo de reconhecimento do sistema como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), o Projeto Populações Locais, Agrobiodiversidade e Conhecimentos Tradicionais (Pacta), e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), reuniram-se com os gestores públicos de Santa Isabel do Rio Negro, e com representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTi) e da Embrapa para avançar na elaboração do plano de salvaguarda.

Embora vital para a segurança alimentar, o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro encontra-se em situação de vulnerabilidade, atribuída a fatores como a desvalorização dos saberes agrotécnicos locais, a inserção e priorização do uso de sementes selecionadas por sua produtividade, a ausência de condições de escoamento da produção para comercialização

na sede municipal, a desestruturação dos serviços básicos de atendimento às comunidades estimulando o êxodo, a falta de terras para a agricultura tradicional no entorno da cidade e a substituição dos produtos da agrobiodiversidade locais por produtos industrializados na dieta familiar. Daí a necessidade das ações de salvaguarda.

O sistema foi registrado pelo Iphan em 2010 como patrimônio cultural do Brasil e em 2011 iniciaram-se as conversas para elaborar o plano de salvaguarda. A parceria discutida na assembleia entre o MCTi, a Embrapa, o Iphan e o Pacta tem por objetivo implementar um Observatório do Sistema Agrícola, articulando a conservação local e a conservação ex situ (a cargo da Embrapa). Além disso, a ideia é contribuir para a valorização cultural e econômica dos produtos locais estimulando, assim, o turismo cultural. As roças, quintais e frutais devem ser reconhecidos não só em relação à produção e ao bem estar familiar, mas também por seu papel fundamental na transmissão de saberes e práticas. O plano de salvaguarda do SAT-Rio Negro pretende constituir um novo modelo de atuação e conservação da agrobiodiversidade no País.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/13UUSP6>



Ingo Isernhagen, da Embrapa, e Rodrigo Junqueira, do ISA, no 2º Dia de Campo de Sistemas de Produção em Reserva Legal, Canarana (MT)

Dia de Campo mostra que Reserva Legal pode ser produtiva

Em maio, o ISA promoveu um novo dia de campo em parceria com a Embrapa Agrossilvipastoril. A comitiva, composta por estudantes das escolas da região, visitou a Fazenda Angaiá, do Grupo Cunha, em Canarana (MT) e percorreu os 14 hectares de plantio de diferentes espécies na área de Reserva Legal da propriedade. O projeto vem sendo desenvolvido desde 2011 e o monitoramento é realizado periodicamente. Por meio dele será possível avaliar os aspectos econômicos e ecológicos da área restaurada durante 12 anos. Em campo, estudantes, produtores rurais da região, técnicos da área agrícola e pesquisadores percorreram os diferentes modelos de plantio, mostrando que a área de Reserva Legal pode ser produtiva e não é intocável. Também participaram da atividade a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Canarana e a Pioneer Sementes.

A decisão do proprietário de investir na restauração é empreendedora e vai além da adequação à lei. As fazendas do Grupo Cunha já possuíam as áreas de Reserva Legal

delimitadas e preservadas ou em processo de recuperação, computando os 35% exigidos legalmente nessa região de Mato Grosso, assim como as Áreas de Preservação Permanente.

Reduzir os custos de implantação em larga escala ainda é um desafio para os cientistas que buscam desenvolver técnicas ecológicas e viáveis para o produtor. O experimento na Fazenda Angaiá envolve tanto a semeadura direta de espécies florestais nativas em consórcio com adubos verdes, quanto áreas com plantio de mudas, e uma área que irá avaliar a condução de regeneração natural da Reserva.

O Dia de Campo é uma oportunidade de aproximar produtores rurais de jovens estudantes da região. O evento faz parte das ações do projeto “Preparando o Brasil para o Redd”, que conta com a participação da TNC (The Nature Conservancy), Instituto Socioambiental (ISA), ICV (Instituto Centro de Vida), Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e Environmental Defense Fund (EDF). O projeto tem apoio da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional).

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1a61AT4>



Maitê Guedes (ICMBio), Márcia Nogueira Franceschini (Mosaico do Amapá) e Francisco Pontes Miranda (Mosaico Mata Atlântica Fluminense) relatam suas experiências

Rede Terra do Meio (PA) pactua ações para os territórios tradicionais da região

Em junho, dezenas de instituições do governo e da sociedade civil se reuniram em Altamira para o 8º Encontro da Rede Terra do Meio, fórum de diálogo para a promoção das Áreas Protegidas e populações dessa região do sudoeste do Pará. Na pauta temas como a construção de Belo Monte, o manejo da pesca nas Reservas Extrativistas, a consolidação do Mosaico de Áreas Protegidas na região e a comercialização de produtos florestais não madeireiros.

Ao final, as instituições se comprometeram a executar ações nos próximos 12 meses. Entre elas destacam-se: elaborar uma proposta que aponte a destinação dos recursos de compensação ambiental de Belo Monte para a região da Terra do Meio; fornecer informações qualificadas ao Ministério Público Federal, que auxiliem na execução de reintegração de posse das áreas ilegalmente ocupadas; cobrar da Secretaria Estadual

de Saúde a compra e implantação de equipamentos para os postos de saúde já construídos nas três Reservas Extrativistas (Resex) – Riozinho do Anfrísio, Iriri e Xingu –, e finalizar proposta de reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas do Xingu.

A Rede é composta por institutos de pesquisa, organizações não governamentais e associações que buscam caminhos para a consolidação do Mosaico da Terra do Meio – bloco de Áreas Protegidas de um dos maiores corredores de diversidade socioambiental do mundo. O ISA compõe a secretaria executiva da rede com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). As ações pactuadas envolvem diversas instituições: FVPP, ICMBio, ISA, secretarias de Saúde e Educação de Altamira, Universidade Federal do Pará, WWF, Associação Cultura Franciscana (ACF), associações de moradores das Resex e da agricultura familiar, entre outras.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/193SEiN>

Encontro elabora Projeto Político Pedagógico da Formação Avançada Indígena do Rio Negro

Em julho, a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e o ISA realizaram oficina em São Gabriel da Cachoeira para aprofundar e sistematizar as discussões, iniciadas em 2009, do Projeto Político Pedagógico do Instituto dos Conhecimentos Indígenas do Rio Negro. O projeto envolve pesquisadores, conhecedores, lideranças indígenas e convidados não indígenas, cientistas e representantes de universidades. Desse processo resultou a proposta de um Programa de Formação de Ensino Avançado e Intercultural no Rio Negro, e a publicação de dois livros - *Manejo do Mundo*, em 2010 (Prêmio Jabuti 2011) e *Rotas de Criação e Transformação*, em 2012.

Foram cinco dias de debates onde o destaque principal girou em torno dos desafios do processo de criação de um programa de pesquisas interculturais que visa promover e gerar soluções para o bem viver e o desenvolvimento sustentável da Amazônia, incluindo o levantamento de subsídios para as políticas públicas governamentais voltadas à gestão da biodiversidade, da agrobiodiversidade e ao fortalecimento dos conhecimentos tradicionais. O formato institucional em análise propõe que os conhecimentos dos povos indígenas do Rio Negro sejam a base na formação.



©BRAULINA AURORA/FOIRN

Grupo que participou da oficina em São Gabriel da Cachoeira

Os desafios incluem a gestão territorial que deveria se articular com a proposta de formação e contemplar os interesses dos jovens indígenas, do governo brasileiro e das lideranças atuais, que estão preocupados com o futuro dos conhecimentos indígenas e com a preservação da floresta em pé. A interculturalidade foi apontada como fundamental para promover as relações entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos de outros grupos, pois é por meio da interrelação de saberes que será possível fortalecer a gestão das Terras Indígenas e os conhecimentos indígenas.

A formação avançada visa implementar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento para equacionar questões de mobilidade, energia, gestão de resíduos sólidos, saneamento, água potável, segurança alimentar, descentralização dos serviços sociais, voltadas às comunidades indígenas e às cidades ribeirinhas. O grupo considerou ainda que os participantes do curso deverão ser indígenas do Alto e Médio Rio Negro que queiram inovar a realidade da região, que já sejam pesquisadores e participantes ativos dos projetos de suas comunidades ou associações.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/12LTCM0>



© LAISE LOPES DINIZ/ISA

Debates giraram em torno dos desafios do processo de criação de um programa de pesquisas interculturais



© BRUNO F. R. NESTLE/ISA

Apicultores do quilombo de Porto Velho trabalham com as colmeias

Oficina capacita quilombolas a acessar políticas de comercialização do mel

Apicultores dos quilombos de Porto Velho, Cangueme, Piririca e Pilões reuniram-se em Porto Velho, no município de Iporanga (Vale do Ribeira), em maio, para participar de uma oficina sobre políticas de comercialização. A comunidade de Porto Velho, que abriga a Casa do Mel, já comercializa seus produtos de roças por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e apresentou aos demais sua experiência. Entre os pontos positivos estão a melhoria da renda com a inserção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e a venda dos produtos da roça tradicional a preços justos. Já a experiência de associar-se com cooperativas para facilitar as vendas não foi bem sucedida, e, por isso, as comunidades se uniram para formar sua própria cooperativa.

Durante a oficina, realizada pelo ISA em parceria com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), foi feito um levantamento da produção de mel de todas as comunidades, número de

apicultores e quantidade de colmeias, para analisar de que forma o mel seria comercializado nos programas da agricultura familiar e depois organizar a produção nos programas de comercialização. Também foram levantadas as dificuldades enfrentadas para aumentar a produção apícola.

Os participantes foram informados sobre o funcionamento do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e a importância que tem a documentação das associações para tornar as comunidades aptas a deles participar. Foi reforçada a importância da nota de produtor rural, não só para facilitar na hora da comercialização individual mas para provar que vivem da agricultura familiar e ter benefícios e acesso a financiamentos como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Uma agenda de campo foi montada em cada comunidade para organizar os apicultores e as questões de manejo, além de trazer orientação sobre como acessar recursos para a produção e a comercialização.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/10gC4da>

Encontro em Cananéia (SP) debate impactos socioambientais do petróleo

Em junho, o ISA organizou seminário para estimular o debate sobre os impactos socioambientais do petróleo. O objetivo do evento, realizado em Cananéia, no Vale do Ribeira (SP), com apoio da Ajuda da Igreja da Noruega (AIN), foi fortalecer articulações locais, trocar experiências com organizações que trabalham com o tema e discutir formas de inserção da perspectiva socioambiental na pauta da indústria petrolífera.

Estiveram presentes representantes do Instituto de Pesquisas de Cananéia (IPeC), Colônia Z9 de Pesca, Projeto Boto-Cinza, Prefeitura Municipal de Cananéia, Instituto Florestal, APA Marinha Litoral Sul e Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (Eaacone). Organizações e movimentos de São Paulo, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina relataram suas experiências.

O evento avaliou a 11ª rodada de leilões do petróleo e constatou que nos blocos leiloados, existe sobreposi-

ção com 76 assentamentos da reforma agrária e

diversas áreas prioritárias para conservação, além da proximidade com Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas (TIs) e Quilombos. Os empreendimentos representam ameaça à biodiversidade e às populações tradicionais.

No Vale do Ribeira, as primeiras audiências públicas para discutir plataformas de petróleo e gás no Lagamar aconteceram em 2009. A região compreende os municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida no lado paulista, além de Guaraqueçaba no lado paranaense. O Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha Litoral Norte vem acompanhando os processos de licenciamento, e destaca a rapidez com que são conduzidos e o fato de os estudos não considerarem atividades locais e áreas de sensibilidade ambiental, como os manguezais.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17IDyE0>

Convenção 169 da OIT e economia indígena foram destaques em módulo de formação no Xingu

O ISA e a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), com apoio da Fundação Rainforest da Noruega e do Fundo Vale, deram continuidade em maio e junho à Formação sobre Território e Serviços Socioambientais no Xingu. Iniciada em novembro de 2011, voltada aos jovens xinguanos, a Formação está centrada na construção de políticas para viabilizar a gestão do Território Indígena Xingu. A ideia é que até 2014, prazo de término do projeto, esses jovens indígenas possam se apropriar de conceitos, temáticas ou problemáticas relacionadas à sustentabilidade do Parque Indígena do Xingu (PIX). Nesse sentido, a Formação envolve estratégias para ampliar as possibilidades de diálogo entre os povos do PIX, e com os brancos, viabilizando a construção de políticas.

A Formação se constitui de encontros de vinte dias, realizados duas vezes ao ano, no formato de roda de conversas, onde se discutem diferentes temas, com o apoio de colaboradores indígenas (lideranças, caciques, pajés, professores, xinguanos

ou não xinguanos, ao lado dos participantes) e não indígenas. O quarto módulo, de um total de seis previstos, teve a participação de 35 indígenas de 13 etnias, e aconteceu na Coordenação Técnica Local Diauarum. O destaque foi o processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT, além de temas da economia indígena e a circulação do dinheiro no Xingu. Os participantes puderam entender melhor as ameaças e situações de risco que afetam a região, e utilizando como ferramenta o mapeamento de ameaças, puderam exercitar a coleta de dados e de informações do GPS.

A presença de André Baniwa, diretor da Organização Indígena da Bacia do Içana, afiliada da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), possibilitou ao grupo conhecer outras experiências. Ele contou sua história, falou da criação da Foirn, do sistema de gestão, da religiosidade e da transformação cultural no Rio Negro, além das relações intergeracionais e os desafios da gestão territorial em sua região.

Fortalecimento das associações quilombolas é estratégico no planejamento territorial

Em maio, o ISA deu sequência ao projeto de planejamento territorial participativo, desenvolvido entre 2010 e 2012, nos quilombos de São Pedro e Morro Seco, no Vale do Ribeira, com a realização de uma oficina cujo foco foi o fortalecimento das associações comunitárias capacitando-as e instrumentalizando-as. A ideia é que a partir daí, elas possam implementar seus planos de desenvolvimento para o território, considerando os desafios da gestão de um espaço coletivo. Com apoio do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), a equipe do Programa Vale do Ribeira vem desenvolvendo ações de capacitação e fortalecimento das associações locais.

A oficina contou com a colaboração de dois consultores externos que apresentaram a proposta de trabalho e o levantamento de expectativas e acordos de convivência. Palestras, trabalhos em grupo, individuais e atividades lúdicas foram utilizados para trabalhar conteúdos metodológicos e ajudar as associações a resolver problemas e conflitos em suas reuniões, assembleias e outras atividades. A tomada de decisão participativa foi objeto de treinamento em grupo. Também foram trabalhados os impactos das características individuais

sobre o coletivo e vice-versa, e a necessidade de aproveitar as diferenças e competências de cada um nas atividades coletivas.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/10MHTPb>



Aula aberta promove Pimenta Baniwa

As ações de promoção da Pimenta Baniwa no primeiro semestre deste ano contaram com a realização de uma aula aberta na Escola Wilma Kövesi de Cozinha, em São Paulo. O evento teve sala lotada para escutar André Baniwa, presidente da Organização Indígena da Bacia do Içana e

Beto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do ISA. Com muita informação, degustação e troca de experiências, a aula serviu para fortalecer a pimenta jiquitaia em novos circuitos gourmet da capital paulista, bem como para ampliar o grupo de apoiadores da ideia e de iniciativas que visam ampliar o reconhecimento e fortalecimento do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro.



© CLAUDIO TANRE/ISA

Curtas

ALEX ATALA E COMITIVA VISITAM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA.

Entre os dias 21 e 24 de junho, uma comitiva de jornalistas, fotógrafos e profissionais de mídia internacional, liderada pelo chef Alex Atala do Instituto ATÁ, visitou comunidades, sítios e roças nos arredores de São Gabriel da Cachoeira. Foi a segunda visita neste ano para desenvolver e promover trabalhos referentes à agrobiodiversidade do Rio Negro e seu manejo pelas populações tradicionais e contou com o apoio do ISA e da Organização Indígena da Bacia do Içana (Oibi). Os visitantes conheceram processos de plantio, e preparo de alimentos típicos do Rio Negro com técnicas milenares. Na comunidade do Yamado, as mulheres Baniwa lideraram caminhadas por suas roças e trilhas na floresta e encerraram o encontro com uma refeição comunitária com quinhapiras, maniuaras, peixes moqueados e caruru.





Equipe do Globo Rural filma em um quintal de pimenta no Rio Içana

Globo Rural registra agrobiodiversidade do Rio Negro

Em junho, uma equipe do Programa Globo Rural esteve no Rio Içana, e em Santa Isabel do Rio Negro, no Alto e Médio Rio Negro (AM) para produzir uma série so-

bre plantas domesticadas pelos povos indígenas. A pimenta jiquitaia baniwa e a mandioca serão tema de duas reportagens.

No Içana, para a matéria sobre a pimenta, os jornalistas foram acompanhados por representantes do ISA, da Abric (Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari), da Oibi (Organização Indígena da Bacia do Içana) e tiveram apoio logístico do Exército Brasileiro. Várias roças e jardins de pimenta foram visitados e depoimentos de mulheres, lideranças e pesquisadores indígenas foram colhidos para ilustrar a cadeia de produção que está sendo estabelecida na região como resultado da parceria ISA/Foirn/Oibi com associações e escolas locais.

Já em Santa Isabel, no Médio Rio Negro, a equipe visitou roças e quintais de mandioca, base do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro, tombado como patrimônio cultural do Brasil, com o apoio das mulheres da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (Acimrn). As reportagens irão ao ar em outubro.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/14wD1IV>



Cinegrafista Willy Murara faz tomada de uma carpoteca (coleção de frutos) de pimenta do Içana



© JURANDIR CARNEIRO

Seminário sobre serviços ambientais em São Paulo, antecedeu assembleia anual.

Assembleia anual é precedida por seminário de serviços ambientais

A vigésima Assembleia Geral do ISA realizada em 3 e 4 maio, em São Paulo, foi precedida por um seminário cujo tema foi diversidade ameaçada e serviços ambientais. No período da manhã do dia 3/5, a proposta foi tentar entender o que são serviços socioambientais nos territórios indígenas, extrativistas e quilombolas. E sobre isso, falaram Antônio Nobre, sócio do ISA e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Cristina Adams, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, Manuela Carneiro da Cunha, sócia do ISA e antropóloga da Universidade de Chicago, Mauro Almeida, sócio do ISA, antropólogo e professor da Unicamp, e Ronaldo Weigand, consultor da Nave Terra Consultoria Socioambiental. Floresta nativa e agricultura, serviços ambientais e agrobiodiversidade, as oportunidades que oferece o cenário internacional e o papel que cabe à Academia estiveram entre os itens debatidos.

As experiências regionais do ISA foram apresentadas na parte da tarde, a cargo das equipes de campo dos programas Rio Negro, Xingu e Ribeira. No dia 4, a Secretaria Executiva apresentou o balanço e relatório financeiro, além das diretrizes do Trienal 2014-2016, cujo foco é Mudanças Climáticas e tem como tema principal as Áreas Protegidas. Seguiram-se debates temáticos para consolidar posições institucionais sobre retrocessos em relação às Áreas Protegidas, Mineração em TIs, Redd e acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios.

Visitas ao site

Maio/Julho de 2013*
661.471

*Aqui considerados os sites Socioambiental, PIB, PIB mirim, Y Ikatu Xingu, Cílios do Ribeira, De Olho nas Terras Indígenas, Unidades de Conservação

Curtas

▶ **ISA RESPONDE À VEJA.** Na edição de 15 de maio, a revista Veja acusou o ISA de financiar, incentivar e viabilizar a ocupação pelos índios Munduruku do canteiro de obras de Belo Monte. O ISA refutou em carta ao editor a afirmação e reforçou ser solidário à luta dos povos indígenas para assegurar seus direitos constitucionais. "Em relação à reportagem Índio quer tumulto, publicada na edição de 15/5 da revista Veja, o Instituto Socioambiental (ISA) vem esclarecer que, ao contrário do que foi ali afirmado, não incentivou e nem financiou ou ajudou a viabilizar a ocupação realizada pelo povo Munduruku e outras etnias no canteiro de obras da UHE Belo Monte. A acusação é leviana e desvia a atenção da questão central". Embora a revista não tenha publicado a resposta, ela foi colocada no site do ISA e da data de sua publicação até a primeira semana de agosto teve 2.500 visualizações.



Sociedade civil lança Observatório do Código Florestal

Um conjunto de organizações ambientalistas lançou, em maio, o Observatório do Código Florestal. A iniciativa vai monitorar a implementação da Lei nº12.651/2012, que revogou o antigo Código Florestal.

Uma plataforma colaborativa está sendo criada na internet para disponibilizar as informações e documentos produzidos pela nova rede, integrada, por enquanto, pelo ISA, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), WWF Brasil, SOS Mata Atlântica, Instituto Centro de Vida (ICV), Conservação Internacional (CI) e The Nature Conservancy (TNC).

A ideia é impedir mais retrocessos na implementação da lei e garantir a aplicação de seus aspectos positivos. O observatório vai gerar dados e análises para pro-



mover o controle social, dar transparência e qualificar o

debate sobre as ações das diversas esferas de governo para tirar do papel a nova legislação, em especial o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os Programas de Regularização Ambiental (PRAs).

A nova lei completou um ano de vigência sem que o Sistema de Cadastro Rural (SiCAR) tenha começado a operar oficialmente em âmbito nacional, integrando as informações dos órgãos ambientais estaduais. Em maio, terminou o prazo inicial para a implantação dos PRAs. Os

produtores rurais precisam obrigatoriamente estar cadastrados no CAR para aderir a esses programas. O CAR deverá reunir informações de cerca de 5,3 milhões de imóveis rurais em todo País.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/183ATC2>

Quilombolas de SP definem princípios para regulamentar Convenção 169 da OIT

Em maio, 80 representantes quilombolas de 41 comunidades de São Paulo definiram as diretrizes sobre a regulamentação da consulta livre, prévia e informada, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que o Brasil ratificou em 2003. O seminário aconteceu em Registro, no Vale do Ribeira (SP), e foi organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República com o Incra, a Seppir (Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial) e a Fundação Cultural Palmares.

Entretanto, os quilombolas consideraram que o tempo para discutir e entender as propostas em discussão era curto e decidiram conduzir os trabalhos, sem a mediação dos órgãos públicos. Elaboraram um documento contrário à metodologia proposta pelo governo e solicitaram uma agenda de reuniões com tempo suficiente para poderem assumir uma posição

clara sobre as diretrizes da consulta livre, prévia e informada. O documento trouxe também um conjunto de princípios a serem considerados na regulamentação da Convenção.

As comunidades quilombolas brasileiras foram incluídas no escopo de aplicação da Convenção 169 em 2010, e até hoje não há regras estabelecidas para os procedimentos de consulta sobre atos administrativos ou legislativos e empreendimentos que venham impactar direta ou indiretamente seus direitos e territórios. O direito de consulta prévia estabelecido na Convenção da OIT é uma poderosa ferramenta política na defesa dos direitos desses povos ao redor do mundo, especialmente na América Latina. Ali está o maior número de países que já ratificaram e incluíram em sua legislação nacional as disposições da Convenção.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/11kqgsx>

Condicionantes não avançam, mas obras de Belo Monte seguem a todo vapor

A equipe do Programa Xingu do ISA continua monitorando o cumprimento das condicionantes, requisito para a concessão da licença de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. O último relatório do Ibama, de 31 de maio, informa que apenas quatro das 23 condicionantes do Projeto Básico Ambiental estão totalmente atendidas. As restantes estão em andamento ou não tiveram início. De acordo com a Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina, foram utilizados 100 mil m³ de concreto e escavados 2 milhões de m³ de rocha. Entretanto, as condicionantes que dizem respeito às obras de infraestrutura nas cinco cidades afetadas pela obra não foram plenamente atendidas.

Segundo o Ibama, isso pode refletir em atraso na concessão da próxima licença ambiental da usina, que autoriza ou não o enchimento do reservatório. Também obras como o sistema de drenagem de Altamira, que deveriam ter se iniciado em março do ano passado, ainda não têm projeto. Em diversos momentos, o órgão indica que a Norte Energia será penalizada pelos atrasos, mas a sanção administrativa não está definida. Vale lembrar que em fevereiro do ano passado o Ibama aplicou multa

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/11s38q2>

de R\$ 7 milhões à Norte Energia, pelo não cumprimento de condicionantes.

Ocupação do canteiro de obras

Em maio, durante a ocupação que os índios da etnia Munduruku promoveram no principal canteiro de obras da hidrelétrica, o sítio Belo Monte, em Vitória do Xingu, a 55 km de Altamira, a reportagem do ISA fez a cobertura do dia a dia da ocupação, e das negociações com a Norte Energia, o governo e o Ministério Público, informando em tempo real pelo twitter e produzindo notícias para o site até o final da movimentação. Os índios pediam a suspensão de obras e estudos de barragens em Terras Indígenas e a garantia do direito

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/1cJSjnQ>

da consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da OIT. Em

junho, a empresa responsável pela obra construiu um muro de pedras e arame na entrada do canteiro do sítio Pimental para evitar novas ocupações.

União é dona, financiadora e licenciadora

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/ZiWHXo>

Em maio, o ISA publicou em primeira mão uma cópia do contrato do empréstimo principal de R\$ 22,5 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao consórcio Norte Energia S.A. para a construção da usina de Belo Monte. Os advogados do ISA que analisaram o contrato informam que em 18 de dezembro de 2012, após ter disponibilizado empréstimos menores à Norte Energia, o banco comprometeu-se definitivamente com a implantação e operação da usina ao assinar o documento. A União torna-se assim a dona, a licenciadora e financiadora do empreendimento. O prazo para o pagamento é de 30 anos após o término da obra pelo consórcio, que detém a concessão pública de construção e operação da usina. Parte do crédito será repassada por meio de operação indireta, via dois agentes financeiros: Caixa Econômica Federal (CEF), com R\$ 7 bilhões e BTG Pactual, com R\$ 2 bilhões.

© LETICIA LEBTE/ISA



Índio Munduruku durante a ocupação do sítio Belo Monte



Manifestação em Foz do Iguaçu pede proteção para o Parque do Iguaçu

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/19Cbs8X> E
<http://isa.to/11gbW4h>

Quem protege as Áreas Protegidas?

O ISA vem publicando uma série de reportagens e artigos denunciando a paralisia das políticas de criação de novas Áreas Protegidas e os ataques que elas vêm sofrendo por parte de vários setores, em especial no Congresso.

Em junho, o ISA noticiou que havia 14 processos de criação ou ampliação de Unidades de Conservação (UCs) federais parados no Ministério do Meio Ambiente (MMA). As áreas em estudo somam mais de 1,2 milhão de hectares.

A presidente Dilma Rousseff tem o pior desempenho no setor, nos últimos 20 anos: criou apenas três UCs, totalizando pouco mais de 44 mil hectares. No Dia do Meio Ambiente (5/6), por exemplo, não foi anunciada nenhuma nova UC. Em geral, os governos reservam a data para anunciar a formalização de novas Áreas Protegidas.

Parque Nacional do Iguaçu

Outra denúncia divulgada pelo ISA foi a manobra conduzida por deputados petistas para abreviar o trâmite de uma proposta que ameaça o Parque Nacional (Parna) do Iguaçu (PR) e todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) (Lei nº 9.985/2000).

O Projeto de Lei (PL) nº 7.123/2010 prevê a reabertura de uma estrada que corta o parque, fechada há mais de dez anos por decisão judicial, e insere no Snuc a figura da “estrada-parque”.

Depois de assinar um recurso para que o projeto fosse encaminhado ao plenário da Câmara, e não direto ao Senado como previsto originalmente, doze petistas retiraram suas assinaturas. Eles foram os mais numerosos entre os integrantes de outros partidos que voltaram atrás da decisão. Um dos autores do pedido de retirada das assinaturas é também petista e autor do PL, Assis do Couto (PR).

Com a retirada das assinaturas de outros deputados, o recurso perdeu a eficácia. O PL está agora na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, se aprovado, seguirá para o Senado.

O Parna do Iguaçu é Patrimônio Natural da Humanidade e as Cataratas do Iguaçu, que estão em seu interior, foram eleitas como uma das Sete Maravilhas da Natureza. A construção de estradas dentro de UCs provoca e amplia uma série de impactos negativos, como desmatamento, incêndios e caça de animais.

De acordo com um ofício da Polícia Federal no Paraná, também divulgado pelo ISA, a reabertura da estrada “seria mais um complicador no que se refere ao controle de nossas fronteiras”. O documento lembra que, até ser fechada, a estrada era “largamente utilizada por criminosos como caminho para transportar mercadorias ilícitas, armas, munições e drogas, além de facilitar a prática de crimes ambientais”.

Direitos indígenas sob ataque

O ISA vem denunciando os ataques aos direitos das comunidades indígenas e propondo soluções para os conflitos em suas terras por meio de uma série de notas e artigos de opinião, muitos também publicados na imprensa.

Em julho, o ISA denunciou, em primeira mão, a articulação da bancada ruralista para colocar em votação na Câmara o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 227/2012, que prevê a revogação de grande parte dos direitos dos povos indígenas sobre suas terras. O ISA foi um dos principais apoiadores da mobilização nas redes sociais que fortaleceu o movimento pela retirada da pauta do plenário do regime de urgência da proposta. Com a pressão popular, o regime de urgência não foi votado.

O ISA criticou ainda a lentidão do governo federal nos procedimentos demarcatórios e cobrou a demarcação das Terras Indígenas, em especial no caso dos Terena e Gua-

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/17anjJ2>
<http://isa.to/1aMIFCF>
<http://isa.to/148JE7P>

rani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Também iniciou o debate sobre a eventual indenização de proprietários rurais, desde que detentores de títulos válidos obtidos de boa fé, para que deixem os territórios indígenas ocupados. Em agosto, o governo costurou um primeiro acordo para resolver conflitos de terra a partir dessa alternativa.

O site do ISA cobriu de forma sistemática a discussão, travada no governo e no Congresso, das mudanças nos procedimentos demarcatórios das Terras Indígenas. Nessa cobertura, mostrou-se a ação da bancada ruralista e de vários partidos a favor de projetos contra os direitos indígenas, como a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 215, e também as mobilizações dos povos indígenas para defender esses direitos, em Brasília e em várias regiões do País.

Em abril, durante uma mobilização histórica, lideranças indígenas ocuparam o plenário da Câmara, obrigando o presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a recuar da instalação de uma comissão para discutir a PEC 215.

Cai regime de urgência de novo marco legal da mineração

No início de agosto, caiu o regime de urgência do Projeto de Lei (PL) nº 5807/2013, o novo marco legal da mineração. De acordo com acordo parlamentar fechado pelo governo, o projeto deverá ser aprovado pelo Congresso até o fim do ano. O PL foi enviado pelo Planalto à Câmara, em junho.

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, criado em maio, em Brasília, reivindicava a retirada do regime de urgência e quer que a proposta seja debatida de forma mais aprofundada. O grupo argumenta que ela foi discutida dentro do governo, nos últimos quatro anos, apenas com empresas de mineração, sem a participação de trabalhadores do setor, comunidades atingidas e ambientalistas.

O comitê é formado por mais de 140 organizações da sociedade civil, entre

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/18zC9dU>

elas o ISA, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento dos Atingidos por Mineração, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (Conaq) e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O comitê critica ainda a ausência, no texto em tramitação, de questões socioambientais fundamentais. Cobra a inclusão no parecer do relator Leonardo Quintão (PMDB-MG), por exemplo, da definição de áreas livres de mineração, garantias financeiras para cobrir danos ambientais e dos direitos de comunidades impactadas, inclusive o de serem consultadas previamente à instalação das minas.

A batalha para incluir no projeto salvaguardas socioambientais será dura. O lobby das empresas mineradoras é um dos mais fortes no Congresso.

Audiência pública debate parecer favorável à Tijuco Alto

Cerca de 100 quilombolas das comunidades do Vale do Ribeira, de São Paulo e Paraná, participaram, em 23 de maio, de uma audiência pública para debater parecer favorável emitido pela Fundação Cultural Palmares ao licenciamento da hidrelétrica de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, sem consulta prévia.

A reunião foi organizada pela Secretaria de Relações com Comunidades do Governo do Paraná, a pedido do Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do

Ribeira (Moab), do ISA e de outras instituições e movimentos sociais da região.

O diretor Alexandre Reis, do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares assumiu o compromisso de encaminhar novo ofício ao Ibama, sustentando o parecer dado em dezembro de 2012, até que seja realizado o processo de consulta como determina a Convenção 169/OIT. O novo ofício foi enviado em 29 de maio.

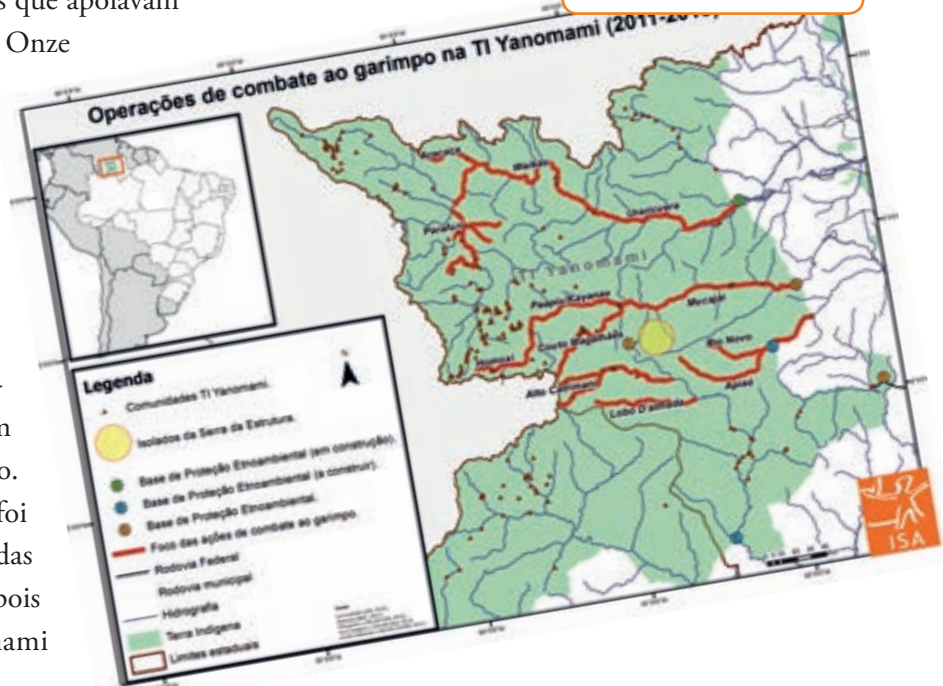
ISA sistematiza informações de combate ao garimpo ilegal na TI Yanomami

O laboratório de Geoprocessamento do ISA sistematizou em mapa, informações sobre os garimpos ilegais e as operações realizadas pela Funai recentemente. Desde 2004, não eram realizadas operações para combater o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami. A partir de 2010, quando a Funai criou a Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY), que foi implementada em 2011, começaram ações mais consistentes em resposta às denúncias recebidas. O mapa elaborado pelo ISA mostra as ações empreendidas pela Polícia Federal, Funai e Exército. Dos 3000 garimpeiros que estimava-se, trabalhassem nos garimpos, 1500 foram retirados. Das 42 pistas clandestinas que apoiavam a atividade 22 foram desativadas. Onze aeronaves foram apreendidas e oito pessoas foram presas. Das 300 balsas ou pontos de garimpo, 84 foram afundadas.

Em 2012, foi construída outra Base de Operação Etnoambiental, onde o Rio Mucajaí cruza o limite da TI Yanomami, para impedir a subida de garimpeiros, fechando assim os dois principais acessos desse rio. O envolvimento das comunidades foi fundamental para garantir o êxito das ações e incentivar a vigilância. Depois de a Hutukara Associação Yanomami

(HAY) cobrar sistematicamente que os órgãos públicos competentes promovessem ações eficazes contra a exploração ilegal de ouro, a Polícia Federal desencadeou em julho de 2012, a operação Xawara. E levantou uma rede de pilotos, donos de joalheria e de balsas que operam a partir de Boa Vista, capital de Roraima, em um negócio ilegal que levanta cerca de R\$ 30 milhões mensalmente. A cadeia ainda não está completa. Faltam os nomes dos grandes compradores do ouro no topo da cadeia, e também informações sobre pequenos comerciantes e proprietários de terras que são donos de balsas, na base da cadeia.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/12DnFs4>





Ações multimídia divulgam temática socioambiental na Semana do Meio Ambiente

A primeira semana de junho contou com uma agitada programação de ações nas redes sociais e produção de material informativo e analítico, com a participação de pessoas de diferentes áreas do ISA. Para comemorar a Semana do Meio Ambiente, a temática socioambiental foi abordada de forma ampla e cinco conferências web por meio de ferramenta do Google + (hangout) foram realizadas. Quatro delas foram realizadas ao vivo, permitindo a participação dos internautas em tempo real com perguntas e dúvidas. Os temas foram: energia e conservação ambiental; criança e outras formas de aprender; conhecimentos tradicionais e agrobiodiversidade e espécies exóticas invasoras.

A produção de uma vídeo-entrevista com o Dr. Paulo Nogueira-Neto, ambientalista histórico, que completou 91 anos, e a disponibilização do vídeo “Modo de Fazer Roça”, que integra o Inventário Cultural dos Quilombos do Ribeira, também fizeram parte do material multimídia (**assista aqui a entrevista <http://isa.to/17tIVUC>**). Além disso, foi produzido e selecionado um vasto material para circulação nas redes sociais, contextualizando de forma crítica temas socioambientais.

A produção e divulgação desse material foi bem recebida e revelou uma nova forma de abordar o tema, experiência que já havia sido feita na Semana do Índio, em abril. A Tevé ISA apresentou documentários e entrevistas e a rádio, canções diversas que tinham como tema algum aspecto socioambiental.

Se você não acompanhou ainda pode ver!

VEJA EM:
<http://isa.to/146ZYoN>

Curtas

SITE POVOS INDÍGENAS NO BRASIL VENCE PRÊMIO DO IPHAN.

Em agosto, o site Povos Indígenas no Brasil, do ISA, ganhou o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na categoria Comunicação e Mobilização Social. No ar há 16 anos, o site é hoje a principal fonte de informações qualificadas na internet sobre os povos indígenas no Brasil, com mais de três milhões de páginas visualizadas por ano, em 194 países. É também fonte de informações para crianças e adultos, trabalhos escolares e acadêmicos, leigos e especialistas. A entrega do prêmio será em outubro, em Brasília.



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Jurandir Craveiro e Tony Gross; **Secretário Executivo:** André Villas-Bôas; **Secretária executiva adjunta:** Adriana Ramos.

APOIO INSTITUCIONAL Icco (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento) e NCA (Ajuda da Igreja da Noruega)

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Leticia Leite e Oswaldo Braga de Souza.

Ilustrações e logomarca: Rubens Matuck; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Ana Cristina Silveira. **Visite nosso site:** www.socioambiental.org

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA EL DORADO** Rua Dr. Nuno Silva Bueno, 390, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.